

A ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL, A EDUCAÇÃO SOCIAL E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

Socio-cultural animation, social education and the challenges of contemporaneity

Animación sociocultural, educación social y los retos de la contemporaneidad

Marcelino de Sousa Lopes*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) – Pt.

RESUMO

O artigo a Animação Sociocultural, a Educação Social e os Desafios da Contemporaneidade parte de uma perspectiva diacrónica para a síncrona e visa refletir sobre o contributo da Animação Sociocultural e da Educação Social para a autonomia e o desenvolvimento social, cultural e educativo do ser Humano. Aborda a polissemia existente no terreno social, as fontes, os paradigmas, fundamentos bem como as similitudes e diferenças existentes entre a Animação Sociocultural e a Educação Social e os perfis técnicos dos respetivos agentes de intervenção. Analisa ainda as diferentes fases da pedagogia social, reflete sobre as matrizes ibéricas da educação social e projeta os diferentes âmbitos de intervenção da Educação Social e Animação Sociocultural. Procura também estabelecer pontes para o futuro e aferir da importância da Animação Sociocultural / Animador Sociocultural e Educação Social / Educador Social para o tempo vindouro de forma a responder aos complexos desafios da contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação social. Animação sociocultural. Pedagogia social.

ABSTRACT

The article Sociocultural Animation, Social Education and contemporary challenges starts from a diachronic perspective for synchronic and aims to reflect on the contribution of sociocultural animation and social education to the autonomy and social, cultural and educational development of the being human. It also addresses the polysemy existing in the social field, the sources, the paradigms as well as the similarities and differences existing between the Sociocultural Animation and Social Education and the technical profiles of the respective agents of intervention. In adding It also analyzes the different phases of social pedagogy, reflects on the Iberian matrixes of social education and projects the different spheres of intervention of social education and Sociocultural Animation. Finally It seeks to establish bridges for the future and to assess the importance of the Sociocultural Animation / Sociocultural Animator and Social Education / Social Educator for the coming time in order to respond to the complex challenges of contemporaneity.

Keywords: Social education. Socio-cultural animation. Social pedagogy.

RESUMEN

El artículo la Animación Sociocultural, la Educación Social y los desafíos de la contemporaneidad parte de una perspectiva diacrónica para la síncrona y pretende reflexionar sobre la contribución de la animación sociocultural y de la educación social a la autonomía y el desarrollo social, cultural y educativo del ser humana. También aborda la polisemia existente en el terreno social, las fuentes, los paradigmas así como las similitudes y diferencias existentes entre la Animación Sociocultural y la Educación Social y los perfiles técnicos de los respectivos agentes de intervención. Se analiza las diferentes fases de la pedagogía social, reflexiona sobre las matrices ibéricas de la educación social y proyecta los diferentes ámbitos de intervención de la educación social y Animación Sociocultural. Busca establecer puentes para el futuro y atribuir importancia al Animador Sociocultural / Animador Sociocultural y Educador Social / Educador Social, de manera oportuna, a fin de responder a los desafíos complejos de la contemporaneidad.

Palabras-clave: Educación social. Animación sociocultural. Pedagogía social.

Introdução

A Animação Sociocultural e a Educação Social constituíram-se como pedras angulares das intervenções social, cultural e educativa a partir da sua génese até aos nossos dias. Neste contexto, esboçaremos a identificação de cada uma das áreas do conhecimento e o seu impacto no pulsar da vida e da vivência comunitária. A nossa incursão nesta problemática passa ainda por algumas reflexões, aceções, identificações de matrizes e retrospectivas e perspetivas futuras. No campo histórico, a Pedagogia Social e a Educação Social convergem na ação com as dimensões educativa e social, as suas origens e evolução compreendem-se e analisam-se neste contexto programático e interventivo. Na sua configuração, as necessidades práticas sempre apontaram o caminho da reflexão teórica, o que marcou a identidade da pedagogia social como disciplina científica e da educação social como espaço de intervenção prática.

A educação social define-se, não só pelas funções que tradicionalmente têm constituído a sua esfera de competência, como também por aquelas que, em resposta às necessidades derivadas da realidade, lhe são circunstancialmente atribuídas. Existe, igualmente, uma legitimação e fundamentação da educação social em diversos textos legais, tanto internacionais como de carácter nacional, nos quais se recolhe a filosofia das políticas sociais de cada país. Assim sendo, não há uma forma unívoca de entender a educação social, mas sim diversas conceções de acordo com espaços e momentos. Tudo isto faz com que, ao longo do tempo, não se tenha produzido tanto uma evolução conceptual como diferentes formas de a interpretar. A Animação Sociocultural nasce nos finais dos anos cinquenta do século passado com o propósito de recrutar as pessoas para a procura de respostas sociais, culturais e educativas tornando-se assim uma pedagogia participativa e mobilizadora no sentido de tornar as pessoas protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Contexto histórico em que nasce a animação sociocultural

Segundo os historiadores, foi André Malraux quem trouxe, nos longínquos anos cinquenta, o termo Animação Sociocultural para o léxico social, cultural e educativo. Estávamos então à porta do erigir da Europa dos escombros deixados pelas duas guerras mundiais. Malraux sabia que a cultura transporta um protagonismo e uma dinâmica social considerável e nada melhor do que colocá-la ao serviço de causas e, a partir dela, mobilizar a França, uma vez que este país necessitava de todos os recursos para a emergente e necessária tarefa reconstrução.

Nos anos 60, os países mais industrializados e urbanizados da Europa, desenvolvem, a partir da matriz francófona, uma forma de intervenção social, cultural, educativa e política que se denomina Animação Sociocultural que vai permitir criar dinâmicas junto das populações no sentido de estas gerarem processos organizativos e de autodesenvolvimento. A Animação Sociocultural nasce assim com intenções pedagógicas, como muito bem enunciam as primitivas correntes como, por exemplo, as de J. Charpentreau (1964), *A Animação Sociocultural consiste essencialmente em oferecer possibilidades de cultura no mais amplo sector possível da vida do cidadão, fazendo-o participar e tornando-o protagonista*. Outra voz que dá sentido às orientações da Animação Sociocultural é J.P. Imhof (1966) que refere: *A função da Animação Sociocultural define-se como uma função de adaptação às novas formas da vida social (...), com os aspectos complementares de bálsamo para as inadaptações e de elemento de desenvolvimento individual e colectivo*. Registamos ainda a conceção trazida por um grupo de trabalho formado por responsáveis de associações culturais que, a pedido do Ministério da Juventude e Desportos Francês, propõe, em 1966, o seguinte: *A Animação Sociocultural deveria converter-se em Pedagogia da compreensão e da intervenção (...)*. Esta equipa defende, ainda, que a Animação Sociocultural deve estar veiculada à autonomia, à participação, ao desenvolvimento e à diversidade.

Assim, esta inovadora corrente pedagógica, designada por Animação Sociocultural, rapidamente se propaga pela Europa, apoiada por sectores progressistas da igreja, por partidos políticos progressistas, por políticos com reconhecimento social, fazendo desta sigla (ASC) o apelo a uma intervenção mobilizadora e participativa. Promove, ainda, a Animação Sociocultural o movimento

laico que, com os seus princípios norteadores, marcados pelo rigor, coerência e a prática da máxima liberdade para a máxima responsabilidade, condições para a emersão de seres autónomos, solidários, críticos e implicados no viver a vida de forma interpessoal. Dão também impulso à Animação Sociocultural as sociedades de cultura e recreio, o movimento associativo, o cooperativismo, o sindicalismo e os movimentos pedagógicos inovadores que, pela Europa e pelo mundo, espalham a nova metodologia que visa trazer para o mundo pessoas que viviam à margem dele.

Não podemos também ignorar a importância dada à Animação Sociocultural nos anos 60 -70 por instituições como a UNESCO e o Conselho da Europa. Estas duas entidades estão incontornavelmente associados à história da Animação Sociocultural pelo muito que contribuíram para a sua expansão e incremento. Importa, neste contexto histórico, trazer à colação o projeto de Animação Sociocultural levado a cabo em 1972-1973 que sobre a égide do comité de educação extra-escolar e do desenvolvimento cultural, apresentado ao Conselho para a Cooperação Cultural – C.C.C., lança os fundamentos duma política educativa integrada, em que a Animação Sociocultural aparece como uma estratégia para preencher o fosso cultural existente. Neste sentido, o Conselho da Europa elaborou uma declaração política em matéria de Animação Sociocultural, onde proclama:

A democracia traz em si a obrigação moral de trabalhar para a instauração duma sociedade na qual todo o cidadão sabe que dispõe duma voz que será respeitada nas decisões que afectam a sua vida e a da sua comunidade. É pois urgentemente recomendado:

a) que os Governos elaborem e apliquem uma política de Animação de Animação Sociocultural e lhe atribuam, na planificação nacional, uma importância igual à que atribuem às políticas em matéria de educação, alojamento, protecção social, etc;

b) que esta política vise os seguintes objectivos:

- atenuar, para finalmente eliminar, o handicap sociocultural e dar a todos oportunidades iguais nesse domínio;
- diminuir, para finalmente eliminar o fosso sociocultural entre as camadas sociais;
- criar condições próprias para incitar o maior número de pessoas possível a fazer valer plenamente as suas potencialidades próprias assim como os benefícios que elas podem encontrar na associação com outros... (...)

Exprimiam-se ainda o seguinte desejo: que a primeira tarefa desta autoridade fosse planificar e esboçar – ao nível dos programas e da organização – um sistema para a formação de animadores profissionais. E também ministrar uma formação em animação sociocultural a todos que independentemente da sua profissão possam estar ao serviço da Animação Sociocultural. Era o tempo da cultura para todos, princípio plasmado dentro da denominada democratização cultural, cujos pressupostos assentavam no princípio da não-aceitação de uma cultura culta reservada a uma minoria privilegiada. Pretendia-se a promoção de projetos assentes diretamente numa cultura de vivência e participação comprometida com o desenvolvimento social, cultural e educativo.

Estava lançado o desafio à Animação Sociocultural para encontrar soluções coletivas e não individualistas para as diferentes mutações sociais, económicas e culturais das sociedades modernas. Interessava encontrar respostas educativas e criativas para animar, e não ocupar, o crescente tempo livre e os muitos problemas surgidos em torno do êxodo rural, da densidade populacional elevada, da integração social, da desumanização, do analfabetismo, etc. Acresce ainda dizer que a Animação Sociocultural não é um termo universalmente aceite. Há países, como por exemplo os Anglo-Saxónicos, que designam a metodologia da Animação Sociocultural como desenvolvimento comunitário, outros, como a Alemanha, utilizam o conceito Pedagogia Social, na América Latina é muito usual o termo Educação Social e Comunitária e o Recreacionismo...

A animação sociocultural e a contemporaneidade com a sociedade do bem-estar

Embora a Animação Sociocultural não seja uma criação exclusiva da chamada sociedade do bem-estar (*Welfare State*), pode-se afirmar que existe uma relação muito estreita no que concerne à aplicação dos ideais preconizados, nomeadamente, pela democratização da cultura. Isto mesmo é sublinhado por Petrus (1999) ao referir que:

[...] é um erro pensar que a nova sociedade do bem-estar é consequência exclusiva dos benefícios oriundos da industrialização. Sem a existência de outros factores, como, por exemplo, a democratização da sociedade, a sua secularização, o advento dos Estados nacionais, o aparecimento de determinados movimentos sociais..., a cultura do bem-estar não teria existido ou teria seguido, possivelmente, rumos muito diferentes dos que conhecemos.

Contudo, constatamos a importância conferida à Animação Sociocultural para este advento da sociedade de bem-estar através da realização de ações que visavam a implicação de pessoas em torno de projetos sociais, culturais e educativos. Não poderia existir a democratização cultural e a difusão cultural desligadas do contexto socioeconómico, sociopolítico e sociocultural. O desenvolvimento é algo concertado entre estes diferentes campos e para isso era necessário um método assente em 80 metodologias participativas que mobilizasse as pessoas a partir da criação de dinâmicas diferenciadas mas ligadas à vida das pessoas. Também não há bem-estar possível sem a existência de práticas sociais e culturais e de pessoas animadas em reforçar a coesão de uma comunidade. Ninguém vive sozinho. Por isso, viver é conviver ou viver com. A Animação Sociocultural cumpre um eficaz papel já que ela é em si pedagogia da vivência e da convivência.

Anos 60 - 70 O bem-estar europeu e mal-estar português

Pela História da Animação Sociocultural compreendemos que a sua evolução não é, nem podia ser, comum em toda a Europa. Portugal e Espanha, viviam à época, imolados por uma feroz ditadura e é por isso legítimo afirmar que enquanto alguns países europeus viviam o bem-estar social, cultural, educativo, económico, político, em Portugal vivia-se o mal-estar provocado pela falta de liberdade de expressão, associação, movimentação e participação. Era o tempo em que conversar com mais de três pessoas podia ser um ato subversivo, partilhar afetos podia ser um atentado, falar em público era problemático...também era o tempo da apologia do analfabetismo, do caciquismo, do culto ao chefe e da defesa do consumo de álcool para dar trabalho aos Portugueses. Tempo também marcado pela guerra colonial onde jovens portugueses combatiam até à morte jovens africanos e o resultado são os cemitérios com tantos “heróis nacionais”.

Neste quadro, não havia lugar em Portugal para a Animação Sociocultural. Existia a Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho que, inspirada no *Kraft Durch Freud - KDF*, de Hitler, e do *Dopolavaro* de Mussolini, preconizava uma intervenção denominada Alegria *no Trabalho* como meio de manipular, intoxicar e alienar as consciências. Dois slogans impunham-se neste contexto histórico que expressavam a situação política vigente: os três *f (s)* de *Fátima, fado, futebol e o orgulhosamente sós* que davam a visão de um país pobre, isolado e distante do resto de mundo. Contudo, existiam pessoas e grupos que rumavam contra a maré, isto é, utilizavam de forma clandestina metodologias de Animação Sociocultural. Neste contexto importa registar a ação levada a cabo por sectores progressistas da igreja, nomeadamente o movimento GRAAL, a Juventude Universitária Católica e a Juventude Operária Católica, os grupos políticos, sobretudo, os da área da esquerda, as muitas ações de alfabetização e educação popular marcadas pelo método de Paulo Freire e levadas a cabo por estudantes universitários. No plano cultural, começa a emergir uma produção ligada ao pulsar do tempo, sendo de realçar o movimento do teatro de amadores que, no início dos anos 70, ganha relevância com o aparecimento da APTA - Associação Portuguesa de Teatro de Amadores - e o Teatro Universitário que, com textos de dramaturgos “malditos”, começa

a agitar muitas consciências, despontando o chamado Teatro Independente que, inovando esteticamente, liga a sua intervenção aos problemas do quotidiano.

É de realçar o aparecimento de estruturas não governamentais, designadamente a *Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social – SEDES* que fornece um conjunto de reflexões sobre o país nas dimensões do social, do cultural, do educativo, do político e do económico. A Animação Sociocultural encontra, ainda, outros aliados, nomeadamente nos movimentos políticos de esquerda que, a partir de ações de agitação e propaganda, difundem técnicas de Animação. Começam também a proliferar em Portugal técnicas de promoção da participação que, plasmadas na metodologia teatral de Augusto Boal, difundem o chamado teatro invisível levado a cabo em comboios, nas praças, nas ruas, e traduz-se num eficaz meio de consciencialização das pessoas para a mudança.

Anos 80: a animação sociocultural, a democracia cultural e o emergir do paradigma de uma cultura com todos

Com os anos 80 e com a emergência de um novo paradigma – uma cultura com todos - alicerçado à chamada democracia cultural, procura-se a aplicação matricial da animação sociocultural pois não basta as pessoas assistirem às manifestações culturais dentro de uma perspetiva difusora de cultura, que remetia as pessoas para a passividade (pessoas que faziam e pessoas que viam), promotora de visões paternalistas e unívocas. Torna-se necessário fazer cultura onde o processo da criação se apresentasse fundamentado pelas dimensões sociais, culturais e educativas e que devia servir para as pessoas serem protagonistas da ação e do seu próprio desenvolvimento.

Ventosa (1993,p.31) refere que o instrumento chave para levar a cabo a missão da democracia cultural é a Animação Sociocultural e que esta deve assentar na tríade: pluralismo, criatividade e participação e os seus propósitos centrais são levar a que cada ser humano possa desenvolver as suas potencialidades dentro do seu contexto comunitário. A democracia cultural expressa uma orientação distinta da democratização cultural, já que se apresenta como uma forma de entender o trabalho cultural baseado nos princípios de participação e diversidade e não se centra em ver cultura mas em fazer cultura. Tendo como referência as diferentes etapas históricas da Animação Sociocultural relevamos no legado da Democracia Cultural e dos respetivos impactos para o bem-estar coletivo. Adotar a Animação Sociocultural como uma metodologia de intervenção associada à superação de problemas que se ligam ao viver comum, seja na cidade ou no mundo rural, é exortar as pessoas à autonomia e a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Reencontrar esta animação sociocultural é imperioso, já que este desiderato é fundamentado pelo desejo de nos reencontrarmos com o sentido de viver e agir de forma comprometida. Trata-se de percorrermos os caminhos de uma participação real, reflexo da nossa condição de cidadãos com cidadania plena. De sermos portadores de cultura e vivencia democrática. De exigir políticas e políticos com ligação ao território concreto e que respondam às necessidades do tempo em que vivemos. O passado, o presente e, estamos certos, o futuro da animação sociocultural passa por reforçar esta metodologia de intervenção e esta didática da participação, que é a animação sociocultural, de forma que nos faça de novo acreditar que o ser humano é um ser supremo e que, aliado a outros seres humanos, se pode tornar construtor de novas realidades. A Animação Sociocultural não foi, não é e não será uma solução para todos os infortúnios, fatalidades e adversidades do mundo mas sempre se constituiu e vai continuar a constituir como uma importante estratégia de mobilização no sentido de as comunidades identificarem carências e as ultrapassarem através da participação real de todos.

Contexto histórico da educação social

A origem e a evolução histórica da Educação Social passam pela matriz da pedagogia social e por um desenvolvimento que são influenciadas por correntes, aceções, investigações, e autores, que vão desde Platão a Hegel, e de Kant a Pestalozzi, passando por Rousseau. No seu princípio são ainda

influenciadas pelos denominados antecessores e repercussores das pedagogias clássicas de Platão a Pestalozzi e ainda pelos teóricos da pedagogia social, de Natorp até à atualidade (Fermoso, 1994). Numa perspetiva diacrónica esclarecedora da evolução da Pedagogia Social / Educação Social traçada por Pérez Serrano (2010) podemos marcar 4 etapas:

Primeira etapa (1850-1920)

A designação pedagogia social parece ter sido usada pela primeira vez por Diesterweg no seu livro *Bibliografia para a Formação dos Professores Alemães* (1850). Este termo será utilizado sem nenhuma intenção epistemológica e apenas no contexto de uma tarefa classificativa de um determinado género de bibliografia pedagógica. Foi também este autor quem primeiro utilizou a expressão educação social, ainda que não tenha voltado a repeti-la em nenhum dos seus escritos, pelo que podemos considerar que foi ocasional o uso do termo. O autor mais importante desta fase histórica é Paul Natorp (1854-1920). Para este pensador, compreender o ser humano num quadro individualizado é uma abstração, já que defende a dimensão comunitária da vida. A comunidade é, para ele, a condição que possibilita todo o progresso e o ideal a que deverá referir-se qualquer ação educativa. Parte da relação indivíduo-comunidade e põe uma ênfase especial na ideia de que o ser humano é, sobretudo, um ser social, de tal maneira que só poderá chegar a ser homem mediante a comunidade: toda a atividade educadora se realiza sobre a base da comunidade.

Entende que toda a pedagogia é social, ou deixa de ser autêntica pedagogia. A pedagogia social não é, para Natorp, uma parte da pedagogia geral, como sustentam diversos autores da época, mas “a pedagogia”. É a pedagogia contemplada a partir de uma determinada perspetiva, precisamente a da comunidade social. Devemos assinalar que, ainda que Natorp seja conhecido como o fundador da pedagogia social, na realidade, segundo Quintana (1991), o que ele criou foi a pedagogia sociológica, que é diferente: enquanto a pedagogia social é um ramo da pedagogia, a pedagogia sociológica é uma tendência, uma escola. Natorp, portanto, é o inventor da denominação pedagogia social, mas não o desta ciência pedagógica.

Segunda etapa (1920-1933)

No início do século XX assistimos a um conturbado período histórico originado pela perturbação causada pela primeira guerra mundial e que se traduziu numa instabilidade social provocada pelo desemprego, delinquência, violência, exclusão, falta de proteção em todas as fases etárias mas com maior ênfase na infância e na juventude. Este quadro vai contribuir para o nascimento do “movimento pedagógico social” dos anos 20, associado à figura de Herman Nohl (1879-1960). Nesta fase histórica o caminho da pedagogia social europeia é posterior e suporá um passo adiante ao defini-la como a ciência da socialização terciária. Nohl defende uma pedagogia social relacionada fundamentalmente com a política e concebe-a a partir de uma perspetiva claramente preventiva, o que é uma novidade relativamente a definições anteriores. Os principais contributos de Nohl passam por:

- Entendimento da pedagogia social como uma aceção ordenada e integrada de esforços para a abertura de novos caminhos educativos e formas de ajuda à integração social da juventude;
- A tomada de consciência da realidade concreta como ponto de partida da teoria da pedagogia social;
- A orientação e os propósitos da intervenção pedagógica é perseguir o bem do sujeito, desenvolver as suas capacidades e também a sua vontade;
- Realçar a necessidade de modificar as condições ambientais e contextuais, com o fim de assegurar a eficácia da ação pedagógica social;
- Destacar as tarefas de formação e investigação inerentes à pedagogia social.

Terceira etapa (1933-1949)

Com o emergir, em 1933, do nacional-socialismo, na Alemanha, assistimos ao aproveitamento da utilização da pedagogia social como uma estratégia de propaganda política nomeadamente ao serviço da ideologia nazi. Neste nefasto período histórico importa considerar a utilização da pedagogia social para a propaganda política, deturpando os valores históricos da pedagogia, intervindo para manipular, alienar e difundir uma ideologia que se encontra nos antípodas dos princípios históricos da pedagogia social.

Neste período de negação da pedagogia social importa referir alguns autores como: E. Kriek e A. Bäumlér, que não trouxeram nenhum contributo à pedagogia social e se limitaram a aplicar a sua teoria da educação aos problemas pedagógicos. No conceito de Kriek, a comunidade é um organismo com vida própria, independente dos indivíduos e anterior a eles. Segundo estes pensadores a educação tem de basear-se na comunidade e, especialmente, na raça e no povo. Para estes autores a pedagogia nacional social orienta-se no sentido da formação nacional popular de carácter racial e com uma única visão do mundo. No seu entender, a educação é uma função originária do espírito e da comunidade. Esta visão de uma pedagogia unívoca propõe o comunitarismo nacional, e promove uma unidade de valores, visões, sentimentos e atitudes numa defesa constante do pensamento e do saber unívoco.

Quarta etapa - A pedagogia social crítica (desde 1950)

Nesta fase emerge uma pedagogia crítica oriunda da teoria crítica que estabelece um carácter reflexivo-crítico e a conseqüente ligação entre a educação e a estrutura social. Nesta ação dialética encontramos um aprofundamento de valores subjacentes às instituições educativas e ao modo tradicional de pensar a realidade educativa. Os traços que caracterizam a pedagogia crítica, como assinalam Cambi e Orefite (1996) são os seguintes:

- A intervenção deve partir de uma situação concreta e valorizar as diferenças culturais numa relação com a memória histórica;
- É autocrítica e usa a reflexão do coletivo como critério de valoração da prática;
- É dialética pois utiliza o modelo ecológico, pelo facto de ser relacional, intercontextual
- e intersistémico;
- Parte de pressupostos emancipatórios. Usa a investigação como estratégia metodológica. Analisa e reflete sobre a observação para transformar a realidade;
- Deve superar os aspetos sociais que impedem a evolução e de igual forma, deve descobrir, descrever criticamente e transformar os conflitos irracionais que impedem uma interação solidária no microsistema e naqueles que o circundam e condicionam;
- Une a teoria à prática ao ponto de as transformar dialeticamente, como consequência da influência recíproca;
- A pedagogia crítica é comunicativa e consensual. Comunicação e consenso podem existir num modelo ecológico através da negociação e da conexão com os diversos sistemas.

Mollenhauer, máximo representante da pedagogia social crítica, tem em conta nas suas análises os fatores económicos, sociais e políticos, considera cada vez mais como resultado da situação educativa do homem e não como exigência de uma qualidade negativa da pessoa a reeducação para a sociedade, por incapacidade desta ou da família. Em suma, a tarefa sociopedagógica consiste, em todos os casos, na satisfação de uma necessidade educativa aguda (pedagogia da urgência), provocada pela estrutura da sociedade moderna. A pedagogia social crítica pretende a emancipação humana, analisa as estruturas sociais e procura o seu aperfeiçoamento e transformação.

A pedagogia social/educação social na atualidade

Constatamos que na atualidade a educação social está direcionada no sentido de intervir num amplo campo de atuação, promovendo um conjunto de iniciativas, experiências, ações educativas direcionadas para diferentes realidades sociais e âmbitos de intervenção dos quais se destacam grupos, comunidades, instituições e onde se procura responder aos inúmeros problemas surgidos numa sociedade em constante transformação. Importa igualmente considerar que a educação social partilha o território social com outras áreas e outros agentes onde confluem objetivos, propósitos e linhas de atuação no sentido de se encontrarem respostas às necessidades individuais e coletivas de uma determinada comunidade.

Neste terreno polissêmico importa ainda considerar alguns questionamentos relacionados com o próprio termo. Ander-Egg (1999, p. 116) caracteriza a educação social como um conceito relativamente novo que, apesar de ser redundante e tautológico (já que toda a educação, pela sua própria natureza, é social), serve para designar uma forma de aprendizagem social intencional, que parte das condições de inserção social em que se encontram as pessoas destinatárias deste tipo de educação. O mesmo autor salienta que este tipo de educação social (como parte da pedagogia social), comporta uma série de âmbitos de intervenção quase todos eles comuns com o trabalho social: inadaptação, marginalidade social, prevenção socioeducativa, prevenção e tratamento da toxicodependência, educação para idosos, educação cívica, educação para a paz, educação de adultos.

A expressão também é utilizada em alguns países, nomeadamente em Espanha, para designar um tipo de estudos universitários que abarca três modalidades de intervenção social: educação de adultos, animação sociocultural e educadores especializados. A educação social pode caracterizar-se como sendo uma educação que potencia o sentido social, desperta o correto sentido das relações entre os homens, promove a realização de relações sociais mais equilibradas e justas. Fermoso (1994) apresenta-nos uma série de âmbitos ligados à educação social, de que destacamos:

- o âmbito moral: está relacionado com a aprendizagem de qualidades morais que devem nortear a relação com o outro;
- o âmbito sexual: refere os princípios que devem reger uma relação a dois e que passam por assumir compromissos inerentes à relação;
- o âmbito laboral: passa, por um lado, pela aptidão e pela aprendizagem de uma profissão e, por outro, pelas relações sociais que implicam a relação com colegas, com os superiores, com os eventuais subalternos, bem assim como com a permanente necessidade de atualização de competências laborais;
- o âmbito sociocultural: está ligado ao dever de cidadania, que se prende com o dever de participação social na procura do bem-estar da comunidade e do grupo;
- o âmbito preventivo: prende-se com o dever preventivo perante riscos que ameaçam a vida humana;
- o âmbito ético: assenta na procura de relações humanas alicerçadas em princípios humanizantes e na necessidade de se encontrarem novas formas de relação que anulem a marginalização, a inadaptação e a segregação;
- o âmbito ligado ao ciclo da vida: passa pela infância, juventude e idade adulta; o quarto ciclo, a velhice, é necessário percorrê-lo com sentido, com dignidade, pois correspondem-lhe ritmos pessoais que urge respeitar e potenciar, assim como é imperioso desenvolver programas intergeracionais que constituam um legado educativo considerável.

A animação sociocultural na atualidade

Na atualidade a Animação Sociocultural, em Portugal, e em diferentes contextos do mundo, encontra-se num estágio de evolução cuja complexidade importa refletir mediante um discurso que revele a validade e a imprescindibilidade sociais da sua atuação. Contudo, existem questões que necessitam de respostas, nomeadamente se a Animação Sociocultural deve desenvolver a sua intervenção a partir de movimentos sociais? Ou se deve reivindicar a sua reentrada na administração pública e a partir daí intervir? Ou ainda se deve ter capacidade para assumir os requisitos da sociedade de mercado, e cuja intervenção será marcada pela oferta privada? Nós entendemos que a Animação Sociocultural deve estar em todas as frentes. Porém, é preciso ter em conta que os seus intentos se inscrevem numa cidadania ativa que urge desenvolver face aos muitos problemas existentes na sociedade portuguesa e que nunca é demais recordar:

- desintegração humana: social, cultural, familiar, política, educativa;
- debilidade dos movimentos sociais, nomeadamente: associações, sindicatos, organizações populares de base que, num passado recente, respondiam às insuficiências do poder;
- democracia calendarizada, ritualizada e desligada do sentido da vida quotidiana e cada vez mais ligada a um sistema partidocrático fraturante e leitor de uma realidade parcial;
- delegação representativa em vez de participação real assumida pela via do compromisso social;
- gestão cultural do produto em vez da cultura do processo;
- visão multicultural e intercultural desligada de uma valorização educativa cada vez mais associada aos fenómenos de exclusão;
- desigualdades sociais geradoras de injustiças;
- uma “cultura” virtual alienante, desfasada da vida e assente no virtual, onde as pessoas vivem a partir da vida dos outros;
- comunicação mecânica, onde se fala a partir do telemóvel, da internet, impedindo a pessoa do diálogo humano;
- consumismo irracional, revelador de um símbolo assente no primado do ter em relação ao ser;
- dependência de fármacos, nomeadamente antidepressivos, geradores de dependências psicossomáticas, devido à ausência de programas de Animação Sociocultural fomentadores de convívio e promotores de uma vida com sentido;
- desintegração do meio rural e grande concentração humana na faixa litoral do território, provocando desequilíbrios ambientais, culturais, sociais;
- desagregação do sector primário e debilidade do sector produtivo secundário, originando uma concentração de recursos humanos na área dos serviços, causadora de desajustes no tecido social;
- apologia do passatempo e do “mata tempo” no centro comercial, segundo os ritmos da “cultura do Shopping”, onde se vai para ver e comprar o que se precisa, mas também o que se não necessita e, onde se assiste a um movimento de pessoas sem laços humanos e à exclusão social entre os que vêem e os que compram.

Temos continuamente afirmado que não acreditamos numa Animação Sociocultural tipo guarda-chuva onde tudo se alberga e onde se encontram soluções para todos os males do mundo. Tão pouco aceitamos uma Animação Sociocultural tipo “penso rápido” que apenas serve para sarar as muitas feridas existentes. Acreditamos sim numa metodologia chamada Animação Sociocultural que, a partir de diagnósticos, pode intervir a partir das muitas técnicas sociais, culturais e educativas,

mobilizar as pessoas para encontrar respostas para os problemas coletivos. É a partir deste desiderato que se podem projetar programas em áreas diversificadas, como:

- saúde: a partir da ação terapêutica da Animação Sociocultural é possível reduzir nos custos com fármacos, através do bem-estar, felicidade, harmonia, criatividade e auto estima conferidos pela ação da Animação;
- educação: através da articulação dos espaços educativos formais, não formais e informais e, ainda, pela partilha e cruzamento de saberes, levando os alunos a uma melhor capacidade de aprenderem e tornando o tempo livre num tempo educativo;
- prevenção do risco: os programas de Animação Sociocultural constituem um meio de precaução, eliminando focos de violência, marginalidade, dependência, agressividade e criminalidade;
- animação do ócio diurno e noturno dos jovens: conferir um sentido criativo, divertido e educativo através de programas que envolvam a participação juvenil;
- dar sentido à vida: promover formas criativas assentes na ação e não na passividade, na participação e não na delegação, no animar o tempo e não na morte do tempo;
- ambiente: ligar o ambiente ao homem numa perspectiva de eco-território partilhado e assumindo-o como património humano;
- justiça: nada é mais justo e igualitário do que um programa de Animação Sociocultural. As pessoas são seres iguais que cooperam entre si, retirando à vivência diferenças sociais, poderes e diferenças etárias;
- prevenção rodoviária: dado Portugal ser um país com uma taxa elevada de sinistralidade é possível, a partir de programas de Animação Sociocultural, intervir através de uma educação rodoviária que anule a mera informação mecânica, promovendo a envolvimento direta das pessoas numa formação centrada em questões ligadas à humanização relacional.

Os desafios que hoje são colocados à Animação Sociocultural inscrevem-se na satisfação das múltiplas situações descritas e, estranhamente, alguns são os mesmos que originaram o aparecimento da Animação Sociocultural outros até se agravaram. À semelhança do início dos anos sessenta permanecem as questões relacionadas com a desertificação rural, a elevada densidade populacional, os problemas de integração e exclusão, a pobreza, a solidão, o desemprego, o analfabetismo, a violência....

Ao contrário dos anos 60/70, em que os políticos emergiam pela via do reconhecimento social e político, hoje chega-se a governante somente pelo reconhecimento partidário e então despontam estadistas que, onde existem pessoas, apenas vêem números de eleitores e do conceito de participação apenas conhecem um ritual que normalmente acontece de quatro em quatro anos e serve para validar a eleição dos ditos políticos. Até à data nunca conhecemos nenhum político que depois de eleito lamente a falta de participação das pessoas, normalmente temem a participação e tentam amarrá-la e condicioná-la. É urgente uma política com sentido ético. É preciso acreditar de novo no exercício cívico da política. Para isso acontecer são requeridos políticos com reconhecimento social e que prestem serviços relevantes às populações que os elegeram.

E é por isto que o poder político de hoje, ao contrário dos anos 70, assume alguma resistência à Animação, em virtude do discurso crítico colidir com os interesses instalados de uma classe política cada vez mais desfasada da população, como o demonstra a evolução da taxa de abstenção nos sucessivos atos eleitorais. Contudo, embora a maioria da classe política se oponha a este método de intervenção, existe uma minoria de políticos que vê na Animação Sociocultural um meio de potenciar a democracia, um caminho para a assunção de uma cidadania plena, um processo conducente à credibilidade da ação política, uma forma de conferir verdade e legitimidade à eleição

e ao exercício de funções políticas. Para estes e para os políticos do futuro, estamos convictos de que a Animação Sociocultural constitui e vai constituir cada vez mais uma estratégia de intervenção, permitindo a introdução de programas de Animação e, ao mesmo tempo, promovendo o aparecimento de cidadãos com plena cidadania: críticos, solidários, tolerantes, cooperantes, participantes nas causas públicas, felizes, e onde a ação humana constitui a chave para uma nova forma de estar e de ser.

Animação sociocultural e educação social

Numa rápida abordagem, podemos referir que a educação social aparece identificada com uma educação com dimensão e compromisso social. Esta dialética entre educação e o social remete-nos para uma intervenção educativa junto das populações ou dos indivíduos em risco social onde emergem linhas de ação como: educação para a cidadania, educação para a saúde, educação ambiental, educação para o envelhecimento, educação para o tempo livre, educação laboral, educação para autonomia. Quanto à Animação Sociocultural a sua matriz esta ligada às dimensões social, cultural e educativa e aparece nos dias de hoje vinculada a uma didática da participação no sentido de mobilizar as pessoas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Detetamos que o terreno social está povoado de uma acentuada polissemia o que torna muito difícil uma classificação identitária dos agentes que operam neste terreno. Esta polissemia é notoriamente assinalada na Animação Sociocultural pois a sua tríade genética é composta por três termos, Animação + Sócio + Cultural, associados a noções e aos sentidos de animar, de sociedade e de cultura. Pela nossa parte, julgamos que esta pluralidade conceptual é representativa da complexidade e da riqueza do fenómeno em estudo, pelo que rejeitamos uma definição unívoca, necessariamente redutora e parcial, sobretudo quando tem a pretensão de fixar o que, por natureza, é infixável. A intervenção em Animação Sociocultural é pois ditada por ações assentes em técnicas que, independentemente do âmbito da Animação Sociocultural, têm de possuir uma dimensão social, cultural, educativa e política interligada entre si.

As relações entre a Animação Sociocultural e a Educação Social assumem uma importância significativa para potenciar ações que visem a intervenção socioeducativa destinada a grupos inadaptados, marginalizados e ainda ligados à promoção da família. No contexto desta comprometida relação importa referir a perspetiva de Rivas (2000.7-8) quando refere: podemos realizar programas de Animação Sociocultural e utilizar a metodologia da Animação Sociocultural não somente no espaço social mas também no espaço escolar. Assim a Animação Sociocultural liga-se à Educação Social não somente no espaço do social, já que vai além deste desígnio, para ser um campo de intervenção e ter uma abordagem ideológica em si mesmo. É também uma metodologia de intervenção eficaz em qualquer área, inclusive na escola, e isso está patente no facto da sua importância no sistema educacional inovador, visto que existem outras metodologias que funcionam e alcançam progresso que o sistema tradicional e convencional não alcança.

Para este Pedagogo a Animação Sociocultural está localizada no espaço da Educação Social porque intervém na esfera social, não na escola, não no sistema educacional e no referencial da pedagogia mas no espaço real concreto. Ao refletirmos sobre a relação existente preconizada por Rivas entre a Educação Social e a Animação Sociocultural verificamos a existência de profundas diferenças existentes entre o sistema educativo Espanhol, que integra a Animação Sociocultural no grande espaço educativo da Educação Social e Pedagogia Social, e a conceção do sistema educativo Português em que a Animação Sociocultural surge como uma área de conhecimento autónoma, sem vínculo a um tronco disciplinar determinado. Esta situação é geradora de conceitos de formação de pedagogos de diferentes níveis de ensino sem articulação entre si, assistindo-se ainda à criação de cursos de Educadores Sociais sem incluir a vertente da Animação Sociocultural. Assiste-se ainda em Portugal, no campo da formação de Animadores e da Animação, ao emergir de uma confusa indefinição sobre a Animação Sociocultural, a Animação Socioeducativa, a Educação Social, a Educação Comunitária, a Animação Social.

Considerações finais

Como nota final queremos referir que este novo tempo exige que a Animação Sociocultural, a Educação Social e as outras áreas ligadas ao terreno social respondam ao pulsar de novas questões e algumas velhas questões (como por exemplo a desintegração, a desertificação, o desenvolvimento, a democracia demasiado calendarizada e cristalizada, a cultura do processo em vez do cultura do produto...). E novamente, tendo como pano de fundo o terreno social, projetamos para este tempo os seguintes desafios: a valorização do grupo e do comunitário, uma nova dimensão no espaço social urbano preconizada pelo reforço da interação humana e a procura de um pensar e de um agir em grupo. O potenciar a Animação Sociocultural e a educação social como metodologias de intervenção para concretização de uma pedagogia ligada à vida: pedagogia da vivência, convivência, interação humana, partilha. Importa também um maior reconhecimento e importância que ponha cobro à pertinente constatação de Maria José Aguilar (2005), quando refere que

[...] O trabalho social em geral, e a Animação Sociocultural em particular, está marginalizada em todas as sociedades. Incluindo a França que é o espelho donde todos parecemos olharmos, dado que foram «os pais da criatura». Efetivamente, é uma atividade marginal e marginalizada, não por não ser importante [...] contudo temos de tomar consciência das mudanças sociais e posicionarmos corretamente as pessoas que trabalham nestes campos.

Esta nova realidade requer novos compromissos e, sobretudo, há que ter em conta que os tempos são de acentuada mudança. Recorrendo de novo a Aguilar e à evidencia de que o futuro da intervenção social não passa nem pelo individualismo, com as marcas do capitalismo, nem pelo coletivismo defendido pelos movimentos socialistas do século XX, importa revalorizar o comunitário que requer formas inovadoras de intervenção, onde se apliquem novas metodologias de ação no domínio do social, cultural e educativo, exigindo, cada vez mais, que a intervenção a levar a cabo deve ter presente as muitas mutações operadas, como por exemplo as alterações no novo espaço social urbano, o novo espaço social rural, o multiculturalismo e a interculturalidade, a globalização, o meio ambiente, o desemprego e o emprego, etc. questões que requerem respostas coletivas. E quanto aos Agentes que intervêm no terreno social importa que se lembrem que no campo Social, Cultural e Educativo operam outros profissionais que podem, e devem, cooperar numa intervenção mais eficaz. A este propósito é bom lembrar os conselhos de De La Riva (1989, p.39-40):

Nossa ação é social. Porque o seu objeto e o seu espaço é o das relações entre as pessoas, as suas pautas e modelos de conduta, as mentalidades e atitudes sociais. E é também por isso mesmo, uma ação cultural. Porque a cultura não é mais do que o conjunto de formas, históricas e atuais, através das quais as pessoas, as sociedades percebem e interpretam a realidade do nosso tempo. Nossa ação é também política, no melhor e mais nobre sentido da palavra, porque afeta as formas de organização da comunidade social e as suas relações de poder. Por fim, nossa ação é educativa, porque significa aprender e comunicar. formar, informar e transformar, instruir e construir, desenvolver as capacidades e destrezas necessárias, impulsionar a procura de respostas, a criatividade social para poder abordar os problemas e necessidades do presente e prever e influenciar em direção das mudanças sociais.

E por fim é necessário um perfil de Animador Sociocultural e de Educador Social que, pela sua ação, confira protagonismo a quem o não tem, que dê voz a quem permanece calado, que transforme o cidadão número em cidadão pessoa, que trabalhe com o outro e não para o outro, que promova as culturas em vez de cultura, que compreenda que o viver em comunidade é viver num território com

comum unidade e por isso importa de novo ter presente as recomendações de De La Riva 1989, p.42):

Nossa Sociedade, nosso sistema de vida colectiva, reclama aos gritos mudanças profundas. Não somente para superar as situações injustas do presente, mas também para poder fazer frente a novos problemas, às continuas transformações do nosso tempo. Tudo isto implica mudanças profundas na hora de pensar e interpretar a realidade, nas atitudes e mentalidades. A mudança que se precisa é, nos seus objectivos, revolucionária já que afecta a forma de vida e organização da nossa sociedade, nas suas raízes mais profundas: é radical. E é também revolucionária porque se tem de fazer-se com as pessoas, com a sua participação e intervenção directa. Exige imaginação e criatividade, capazes de mobilizar a sua iniciativa, perante o volume e a importância dos desafios, perante a transformação continua de uma realidade dinâmica, perante a força dos obstáculos e resistências que se opõem à mudança e à debilidade individual e colectiva dos que o procuram.

Referências

- AGUILAR, M. J. El Futuro de la animación sociocultural y su dimensión interdisciplinar. Cuadernos de Animación, n.º 8. Asturias: Asociación cultural Asturactiva, 2005.
- ANDER-EGG, E. *Diccionario de Pedagogía*. Buenos Aires: Magisterio del rio de la plata, 1999.
- BEDESA, S.M. *Perfil del Animador Sociocultural*. Madrid: Nancea Ediciones, 1995.
- CARIDE, J.A. *Las fronteras de la Pedagogía Social perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Gedisa editorial, 2005.
- DE LA RIVA, F. Piezas para un rompecabezas: participación y procesos socioculturales en la sociedad industrial avanzada del fin del milenio. In. DE LA RIVA, F. *Procesos Socioculturales y Participación*. Madrid: Editorial Popular, 1989, p. 39-48.
- FERMOSO, P. *Pedagogía Social, fundamentação científica*. Barcelona: Herder, 1994.
- LOPES, M.S. *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Intervenção, 2006.
- ORTEGA, J.E. *Pedagogía Social Especializada*. Barcelona: Ariel Educación, 1999.
- PÉREZ SERRANO, G. *Pedagogía Social Educación Social construcción científica e intervención práctica*. 4ª ed. Madrid: Narcea, 2010.
- PETRUS, A. R. Animación sociocultural y estado de bienestar. In. TRILLA, J. (coord.): *Animación Sociocultural teorías, programas y ámbitos*. Barcelona: Ariel Educación, 1997, p. 323-340.
- PLACER, F. U. Educación y animación sociocultural en una sociedad globalizada. *Cuadernos de Animación* n.º 1. Asturias: Asociación cultural Asturactiva, 2000.
- QUINTANA, J. M. *Los ámbitos profesionales de la Animación*. Madrid: Nancea Ediciones, 1993.
- QUINTANA, J. M. *Pedagogía Comunitaria perspectivas mundiales de educación de adultos*. Madrid: Narcea, 1991.
- RIVAS, A.F. Ubicación de la animación sociocultural en el espacio de la educación social: presente y perspectivas de futuro. *Cuadernos de Animación*, n.º 2. Asturias: Asociación cultural Asturactiva, 2000.
- TRILLA, J. Concepto, Discurso Y Universo De La Animación Sociocultural. In: TRILLA, J. (coord.). *Animación Sociocultural Teorías, programas y ámbitos*, Barcelona: Ariel Educación, 1997, p. 13-38.

UCAR, X. *La Animación Sociocultural*. Barcelona: Ediciones CEAC, 1992.

VENTOSA, V. *Fuentes de la Animación Sociocultural en en Europa*. Madrid: Editorial Popular, 1993.

VENTOSA, V. *Fuentes de la animación sociocultural en Europa*. Madrid: Editorial CCS, 2002.

*Doutor em Ciências da Educação. Membro Integrado do CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas Departamento de Educação e Psicologia / Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Quinta de Prados - Vila Real - Portugal. E-mail: mllopes@utad.pt.

Recebido em 10/05/2019

Aprovado em 25/05/2019